



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

DECRETO Nº 30.950, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2022

LUIZ FERNANDO MACHADO, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições dos arts. 107 e 113, “caput” e § 3º da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, e face ao que consta do Processo Administrativo nº 32.801-9/2015, -----

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso, a título precário e gratuito, de parte do imóvel público localizado na Avenida Carlos Salles Block, nº 649, esquina com Rua Engº Roberto Mange, Anhangabaú, neste Município, objeto da matrícula nº 78.823 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí, ao **LAR GALEÃO COUTINHO**, para desenvolver suas atividades assistenciais, realizando, ainda, a conservação e manutenção do local, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data da assinatura do Termo de Permissão de Uso, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


LUIZ FERNANDO MACHADO
Prefeito Municipal

Registrado na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, e publicado na Imprensa Oficial do Município.


GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS
Gestor da Unidade da Casa Civil



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

TERMO DE PERMISSÃO DE USO, a título precário e gratuito, de parte do imóvel público localizado na Avenida Carlos Salles Block, nº 649, esquina com Rua Engº Roberto Mange, Anhangabaú, neste Município, objeto da matrícula nº 78.823 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí, para desenvolver suas atividades assistenciais, realizando, ainda, a conservação e manutenção do local, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ** e o **LAR GALEÃO COUTINHO**.

Processo Administrativo nº 32.801-9/2015

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **LUIZ FERNANDO MACHADO**, e, de outro, o **LAR GALEÃO COUTINHO**, Associação Civil sem fins lucrativos, CNPJ/MF nº 50.965.003/0001-38, com sede na Rua Engº Roberto Mange, nº 90, Anhangabaú, neste Município, representado pelo seu Presidente **EURIDES KNEUBÜHL**, CI/RG nº 4.294.440, CPF/MF nº 041.312.588-20, adiante denominados apenas **MUNICÍPIO** e **PERMISSIONÁRIO**, são consignadas as seguintes cláusulas que irão reger a utilização do espaço público indicado a seguir, em conformidade com o Decreto nº 30.950, de 04 de fevereiro de 2022:

I - Fica permitido o uso, a título precário e gratuito, de parte do imóvel público localizado na Avenida Carlos Salles Block, nº 649, esquina com Rua Engº Roberto Mange, Anhangabaú, neste Município, objeto da matrícula nº 78.823 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí, designado como LOTE "A", com área de 582,62m² (quinhentos e oitenta e dois metros quadrados e sessenta e dois centímetros quadrados), para desenvolver suas atividades assistenciais, realizando, ainda, a conservação e manutenção do local.

II - A permissão de uso, ora outorgada, vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento, conforme Decreto nº 30.950, de 04 de fevereiro de 2022, e não poderá ser transferida a terceiros, em hipótese alguma, sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**.

III - Obriga-se o **PERMISSIONÁRIO** a manter a área, objeto da presente permissão, às suas expensas, em perfeitas condições de higiene e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

limpeza, bem como se compromete a não proceder a qualquer tipo de edificação ou instalação de equipamento no local, ressalvadas as reformas necessárias para a utilização do imóvel, mediante prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO** e aprovação do projeto pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. O **PERMISSIONÁRIO** deverá permitir fácil acesso na hipótese de se fazer necessária a execução de serviços pela DAE S/A - Água e Esgoto ou órgãos técnicos do **MUNICÍPIO**.

IV - O local somente poderá ser utilizado para o fim citado neste Termo, dentro de rigorosa observância das posturas municipais, devendo o **PERMISSIONÁRIO** observar toda a orientação que lhe for dada pelo **MUNICÍPIO** por meio dos órgãos encarregados da fiscalização, abstendo-se de comportamentos que provoquem perturbação ao bem-estar e sossego público.

V - O **PERMISSIONÁRIO** obriga-se a não realizar nenhuma edificação no local, tais como guarita, moradia de vigia, banheiro, depósito, etc., bem como obriga-se a cumprir todas as normas legais relacionadas à sua atividade, abstendo-se de comportamentos que violem a ordem pública e os bons costumes, incluindo-se a utilização das áreas sem as devidas licenças ou autorizações necessárias para o desenvolvimento da atividade no local.

VI - O **PERMISSIONÁRIO** obriga-se a responder civilmente pelos seus auxiliares e colaboradores quanto à observância das leis e regulamentos municipais, respondendo por eventuais danos.

VII - O **PERMISSIONÁRIO** responderá por todos os danos a que der causa. Nessa hipótese deverá o órgão responsável pelos próprios públicos lavrar Auto de Ocorrência, a ser assinado pelo **PERMISSIONÁRIO**, pela fiscalização municipal e por duas testemunhas presenciais ao fato.

VIII - Todas e quaisquer despesas oriundas da sua atividade correrão por conta do **PERMISSIONÁRIO**, inclusive as despesas com a reforma, manutenção, limpeza e reparos no espaço ou com sua desocupação, bem como tarifas e taxas pela disponibilização de serviços públicos, como água, esgoto e energia elétrica.

IX - Todas as benfeitorias que o **PERMISSIONÁRIO** executar nos imóveis objeto da presente permissão a eles ficarão incorporadas, sem qualquer direito à indenização ou reposição.

X - O desrespeito ao disposto nas cláusulas anteriores, bem como às leis e regulamentos municipais, acarretará a imediata cassação da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

presente permissão, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO** e/ou indenização ao **PERMISSIONÁRIO**.

XI - A presente permissão poderá ser revogada pelo **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, por razões de interesse público, devidamente justificado, hipótese em que se obriga o **PERMISSIONÁRIO** à imediata desocupação do local.

XII - Após o prazo previsto na notificação para o **PERMISSIONÁRIO** desocupar a área pública, em razão da cassação ou revogação da permissão de uso, o **MUNICÍPIO** ingressará no imóvel para reaver a posse, bem como a seu critério, poderá remover eventuais edificações e benfeitorias que o **PERMISSIONÁRIO** instalou nas áreas públicas.


XIII - O prazo a que se refere a Cláusula II poderá ser renovado, a critério do **MUNICÍPIO**.

XIV - As partes, de comum acordo, elegem o foro desta Comarca de Jundiaí, com exclusão de qualquer outro, para dirimir eventuais questões oriundas do presente Termo.



E, por estarem assim, estabelecidas e aceitas as condições de uso permitido, as partes presentes firmam este Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito.

Jundiaí, 17 de Fevereiro de 2022.


LUIZ FERNANDO MACHADO
Prefeito Municipal


EURIDES KNEUBÜHL
Presidente do Lar Galeão Coutinho

Testemunhas:

Nome: 
CI/RG n° 49.315.412.7
Nome: 
CI/RG n° 24473096